

Empreendedorismo brasileiro não se reflete no setor de inovação

03/09/2012- Se no Brasil qualquer empreendedor encontra condições adversas para iniciar um negócio, no caso das pequenas empresas de base tecnológica as dificuldades são ainda maiores. Enquanto isso, as grandes empresas têm dificuldade para utilizar de fato as leis que estimulam a inovação. Por essas razões a atividade do setor privado em pesquisa e desenvolvimento ainda é extremamente tímida no Brasil.

Siga o [CIÊNCIAemPAUTA](#) no Twitter. Curta nossa página [CIÊNCIAemPAUTA](#) no Facebook!

A análise foi feita pelo diretor do Instituto Tecnológico Vale (ITV), Luiz Eugênio Mello, na sexta-feira (31), último dia do 1º Encontro Preparatório para o Fórum Mundial de Ciência 2013, realizado na sede da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Mello, que é professor titular da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), afirmou que o empreendedor brasileiro encontra condições extremamente hostis. Para abrir uma empresa no país, por exemplo, gastam-se em média 119 dias, contra 38 na China, 30 na Rússia, 29 na Índia, 15 na Alemanha e seis no Canadá. O fechamento de uma empresa no país consome, em média, dez anos.

“Nada disso impede que o brasileiro tenha um perfil fortemente empreendedor. Só que o empreendedorismo que temos aqui não está associado com a dimensão que o país precisa. É voltado principalmente para serviços, enquanto o que precisamos são novas empresas de base tecnológica”, disse Mello.

Quando o empreendedor abre uma pousada, uma padaria ou um lava-rápido, segundo Mello, ele tem acesso à experiência de outras empresas, conhece o mercado, a demanda e o perfil do consumidor. Tudo isso diminui o grau de incerteza do empreendedor, que se dispõe a enfrentar as enormes dificuldades do ambiente empresarial brasileiro.

“Mas quando se trata de tocar um negócio absolutamente novo, que nunca foi feito por ninguém, com

alto grau de incerteza - o que é inerente à inovação - o empreendedor fica desestimulado. São muitos problemas, que não têm o efeito aditivo de uma soma simples, mas têm efeitos multiplicativos exponenciais. Cria-se então uma barreira que se torna quase intransponível. Ainda assim o Brasil tem um empreendedorismo na área tecnológica, mas ele fica muito aquém do que desejaríamos”, disse.

Enquanto isso, segundo Mello, as grandes empresas lidam com outros problemas: elas não conseguem se beneficiar de recursos que são viabilizados pela Lei do Bem e pela Lei de Inovação. “São leis muito boas, mas que precisam ser aperfeiçoadas. Na prática, o número de incertezas e insegurança que envolvem essas leis é tão grande que as empresas não as utilizam”, disse.

Segundo Mello, um levantamento feito pela Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei) estimou que, das cerca de 300 mil empresas que existem no Brasil, entre 600 e 900 utilizam a “Lei do Bem”.

“É muito pouco. Certamente isso não acontece porque as empresas não estão interessadas em receber dinheiro de volta. Elas não usam esses recursos porque a lei ainda não é suficientemente clara e carece de aperfeiçoamentos. Acho que o país vive um novo momento, mas o caminho que temos pela frente é muito longo”, disse.

Grandes incertezas

De acordo com Mello, todos concordam que as empresas deveriam investir mais em pesquisa e inovação, mas é preciso ter em mente que esse investimento está longe de ser algo trivial.

“A função primordial da universidade é produzir cérebros de qualidade e há indicadores para medir isso. Mas a indústria tem outros parâmetros e o indicador é, em essência, o lucro”, disse.

A empresa, segundo Mello, não tem o escopo de produzir ciência e sim de gerar retorno para seus acionistas. “A empresa inova quando isso permite aumentar os lucros, diminuir os custos, ganhar novos mercados, ou sobreviver no negócio”, afirmou.

Em alguns casos, os investimentos são altos demais para permitir margem de risco muito grandes,

segundo Mello. O maior empreendimento atual da Vale, por exemplo, é o projeto de minério de ferro S11D, em Carajás, no Pará, que terá investimentos de US\$ 19,5 bilhões.

“Não se pode lidar com grandes incertezas em um projeto dessa magnitude. A inovação enfrenta essa dificuldade, por isso temos que realizar testes”, disse. Um exemplo disso é a unidade hidrometalúrgica de cobre montada pela Vale apenas para testes.

“A unidade produzia 10 toneladas de catodo de cobre por ano, custou US\$ 120 milhões e funcionou três anos e meio antes de ser fechada. Era uma planta piloto montada para avaliar o potencial de desenvolvimento dessa tecnologia. Decidimos que não vamos implementar. Esse dispêndio de US\$ 120 milhões permitiu que a Vale não gastasse US\$ 3 bilhões com algo de risco muito alto. Para a empresa foi um bom negócio”, afirmou.

Fonte: Agência Fapesp, por Fábio de Castro.